

Dossiê 5

As fontes de pesquisa para moda. Uma aproximação interdisciplinar e arquivista da história da moda: pesquisa e ensino.

DOI: 10.5965/25944630332019149

CONSIDERAÇÕES SOBRE DIVERSIDADES, CURRÍCULO E AÇÕES AFIRMATIVAS NO ESPAÇO ACADÊMICO

**Considerations on curriculum, diversities and
affirmative actions in the academic space**

**Consideraciones sobre diversidad, currículum y
acción afirmativa en el espacio académico.**

Maria Aparecida Clemêncio¹

¹ Possui Graduação em Pedagogia pela Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (1985), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e Doutorado em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2017). Filiada à BPN - Associação de Pesquisadoras e Pesquisadores Negras e Negros.

E-mail: maria.clemencio@udesc.br | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8668225940983297> | Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4451-3572>

Resumo

O presente artigo discute possíveis interseções entre diversidades, currículo e ações afirmativas no espaço acadêmico. O ponto de partida, são os novos sujeitos, presentes nas instituições públicas de ensino superior, com a institucionalização da política de ações afirmativas por meio das cotas. São corpos, culturas, valores e identidades circulando num espaço e tempo que antes era de certo modo restritivo para estes sujeitos. As ações afirmativas surgem no sentido de superar desigualdades, que têm se mantido para alguns indivíduos, como raça, sexo, deficiência, influenciando sobremaneira na definição de oportunidades no ingresso e desempenho educacional, no mercado de trabalho, no progresso na carreira e na participação na vida política e de gestão pública. As reflexões foram norteadas com base na bibliografia e documentos sobre o tema. Como resultado, observa-se um campo em constantes disputas entre as construções, desconstruções do currículo normatizado e as alterações epistemológicas, na produção de conhecimento nos diferentes cursos de formação universitária.

Palavras-Chave: Diversidades. Currículo. Ações afirmativas.

Abstract

This article discusses possible intersections between diversity, curriculum and affirmative action in the academic space. The starting point, are the new compounds, presents the public institutions of higher education, with the institutionalization of affirmative action policy through quotas. They are bodies, cultures, values and identities circulating in a space and time that was previously somewhat restrictive for these subjects. Affirmative actions appear meaningless to overcome inequalities that suffer if sustained by some cases, such as race, gender, disability, major influence on the definition of opportunities for entry and educational performance, the labor market, career progress and participation in political life. of public management. As reflexes were guided based on the bibliography and documents on the subject. As a result, we observe a field in constant disputes between constructions, deconstruction of standardized curriculum and epistemological changes, in the production of knowledge in different university education courses.

Key-words: Diversities. Curriculum. Affirmative actions.

Resumen

Este artículo analiza las posibles intersecciones entre la diversidad, el currículo y la acción afirmativa en el espacio académico. El punto de partida son los nuevos temas, presentes en las instituciones públicas de educación superior, con la institucionalización de la política de acción afirmativa a través de cuotas. Son cuerpos, culturas, valores e identidades que circulan en un espacio y tiempo que anteriormente era algo restrictivo para estos sujetos. Surgen acciones afirmativas para superar las desigualdades que han persistido para algunas personas, como la raza, el género, la discapacidad, que influyen en gran medida en la definición de oportunidades de ingreso y rendimiento educativo, el mercado laboral, el avance profesional y la participación en la educación. vida política y gestión pública. Las reflexiones fueron guiadas en base a la bibliografía y documentos sobre el tema. Como resultado, hay un campo en disputas constantes entre construcciones, desconstrucciones del currículo estandarizado y cambios epistemológicos, en la producción de conocimiento en diferentes cursos de educación universitaria.

Palabras Clave: Diversidades. Reanudar. Acciones afirmativas.

1 INTRODUÇÃO

Mais recentemente, com as políticas de ação afirmativa as reivindicações por direito a diversidade na educação têm tencionado os currículos nas instituições de ensino superior público. A política de cotas raciais traz tensões curriculares quando adentram as instituições, novos coletivos: alunos negros, negras, indígenas, estudantes de periferia, do campo, quilombolas, LGBTs. Estas populações têm reivindicado o seu reconhecimento, provocando tensões, ao se articularem em prol de seus valores, estéticos, étnicos, de saberes, conhecimentos, linguagens, formas de pensar o real e de pensar-se, por vezes não presentes nos currículos dos Cursos seja nas licenciaturas ou nos bacharelados.

A política de ações afirmativas, na modalidade de cotas, é resultado de muitos anos de luta do movimento negro e indígena e de diferentes grupos da sociedade civil brasileira, em defesa da escola pública e gratuita. Contou também com o apoio de universidades, de governos e do poder judiciário. Foi um processo lento, marcado por várias resistências. A Universidade do estado da Bahia – UNEB (2002) e a Universidade de Brasília – UnB (2004), foram pioneiras na implantação das cotas no ensino superior federal. Vale dizer, que somente posterior a uma decisão do Superior Tribunal Federal, em 2012, é aprovada a Lei 12.711/2012, que permitiu o ingresso por meio de cotas em instituições Federais de Ensino (médio e graduação). Tonava-se difícil continuar ignorando a exclusão racial nas universidades, em meio a pressão do movimento negro e de indígenas as universidades públicas passaram a aderir ao sistema de cotas raciais. Iniciava-se uma grande transformação no meio acadêmico, abria-se um campo de debates e de politização, compelindo o ambiente acadêmico à tomada de um posicionamento. Tratava-se de um direito histórico negado que se consolidara por meio de uma política pública. Com isso, tinha início o processo de reconhecimento dos “outros”, formadores da história e da cultura brasileira. A implantação das ações afirmativas, por meio das cotas, nas instituições universitárias públicas, exigiu que estas expressassem sua função social, questionando o perfil racial em seu interior. Para Carvalho, (2005, p. 9), as cotas permitiram a inclusão dos excluídos do meio universitário e têm contribuído para que no futuro se possa alcançar a verdadeira democracia.

Refletir sobre as diversidades no espaço acadêmico, considerando o impacto das políticas de ação afirmativa na forma de pensar a formação de professores e de profissionais, nas diferentes áreas do saber, contribui para produção e ressignificação do conhecimento, considerando fatores socioculturais, econômicos e políticos.

Quando adentram a Universidade grupos diferenciados até então subrepresentados no ambiente acadêmico, seja no sentido cultural, étnico-racial, de gênero e até mesmo histórico, há que se repensar as estruturas epistemológicas de conhecimento, as metodologias e os currículos para que estes novos integrantes sejam contemplados e representados nessa nova realidade.

Entende-se que o currículo deva contribuir na construção da identidade dos alunos a medida que ressalta a individualidade e o contexto social que estão inseridos. O currículo deveria ser o reflexo da realidade da vida cotidiana (GOMES, 2012). Além de ensinar um determinado assunto, ressaltar as potencialidades e a criticidade dos alunos. Até porque, as questões curriculares são marcadas por discussões sobre conhecimento, verdade, poder em diferentes contextos. Não é um simples processo de transmissão de conhecimentos e conteúdo. Possui um caráter político, cultural, racial e histórico e cons-

titui uma relação social, no sentido da produção de conhecimento nele envolvido, que se realiza por meio de uma relação entre pessoas.

Com as ações afirmativas, presume-se que o reconhecimento da diferença e das diversidades nos currículos escolares e de formação profissional, principalmente no que tange aos currículos de formação de professores, nas licenciaturas e também no bacharelado deva ser uma preocupação emergente. Pensar que no currículo são corporificadas questões tão importantes quanto imprescindíveis, para uma análise dos aspectos subjetivos, referentes à sua concepção construída ao longo da história da educação brasileira. Há necessidade de um trabalho pedagógico que vise à transformação de visões de mundo e mentalidades que favoreçam o respeito às diferenças, o reconhecimento das práticas culturais e sociais dos alunos e da comunidade, como consequente superação do currículo monocultural - eurocêntrico.

Pensando na valorização e reconhecimento das diversidades, dos novos sujeitos no ambiente acadêmico, que promoveremos neste texto uma reflexão sobre em que medida a entrada destes sujeitos tem impactado os currículos dos cursos de graduação e pós-graduação.

Para dar sentido a nossa reflexão, tomamos por base estudos de Carvalho (2005), Munanga (2007), Silvério (2007), Marçal (2012), Gomes (2012) e Silva (1995) na perspectiva das ações afirmativas, currículo e diversidade. O texto se divide em três momentos: uma breve introdução sobre a temática das diversidades no espaço acadêmico, com a implementação das cotas, seguida de reflexões sobre diversidades e currículo; as ações afirmativas no espaço acadêmico e, por fim uma breve conclusão.

2 DIVERSIDADES E CURRÍCULO: NOVOS SUJEITOS NO AMBIENTE ACADÊMICO

A diversidade é inerente a condição humana, é resultado de diferentes produções culturais da humanidade. Por ser inerente à humanidade, contribui para que a sociedade se reconheça como igual e, ao mesmo tempo, diferente. A humanidade nos iguala, mas não tão pouco nos torna homogêneos, ao contrário, a diversidade nos diferencia e nos qualifica. Socialmente, equivocadamente temos sido padronizados, em que se reforça um modelo idealizado de homem e de sociedade onde a maioria da população não se encaixa. O movimento negro, assim como outros movimentos sociais, a muito, tem reivindicado o direito a diversidade na educação, a partir dos anos iniciais do século XXI, esse modelo monocultural tem sido amplamente questionado. São desafios colocados para educação brasileira, que precisa pensar políticas de reconhecimento e valorização das diversidades que nos constituem como humano e que até então, tinham sido negadas, silenciadas e até mesmo excluídas. Estas reflexões têm permeado os debates educativos, que ao questionar nosso modelo de educação exigem que sejam promovidas revisões curriculares, de conhecimentos e posturas pedagógicas, para que possamos superar o mundo social presente nos currículos tradicionais dos diferentes cursos de formação ainda vigentes.

O currículo por sua vez, na cultura escolar, tem servido para dar sentido a uma produção de conhecimento que corrobora com esta visão colonial, unicista. Visto dessa forma, urge alterar a concepção de currículo que enxerga todas/os a partir de uma mesma lente. Gestores públicos, professores precisam estar atentos às experiências de

exclusão, negação de direitos e silenciamento das vozes e singularidades, presenciadas em diversos processos educativos formais.

Inexiste neutralidade curricular, este possui um caráter político e histórico e também constitui uma relação social, no sentido da produção de conhecimento nele envolvida que se realiza por meio de uma relação entre pessoas;

Silva (1995, p.195) adverte que:

As narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação. Elas, além disso, representam os diferentes grupos sociais de forma diferente: enquanto as formas de vida e a cultura de alguns grupos são valorizadas e instituídas como cânon, as de outros são desvalorizadas e proscritas. Assim as narrativas do currículo contam histórias que fixam noções particulares de gênero, raça e classe – noções que acabam também nos fixando em posições muito particulares ao longo desses eixos.

Entender que inexiste neutralidade no currículo, é fundamental, uma vez que o espaço educativo é constituído de diferentes diversidades sociais, culturais de raça/etnia, gênero e classe e que estas precisam estar representadas no currículo. Precisa-se rever a vertente universalista da educação, que mesmo tendo ciência da diversidade sociocultural e étnico-racial, insiste em seguir na manutenção de currículos proscritos, pouco flexíveis. Com o acirramento dos debates sobre a diversidade do mundo e com as pressões por justiça social e combate as desigualdades raciais e de gênero no Brasil; estas tem consequentemente permeado o campo educacional. Novos limites e indagações sobre a teoria educacional, provocadas pelo acirramento da entrada de novos sujeitos nas universidades brasileiras, com a ampliação e democratização do acesso ao ensino superior, por meio da política de ação afirmativa - cotas, tem atingindo diretamente os currículos.

Para Gomes (2012, p. 99):

Vivemos um momento ímpar no campo do conhecimento. O debate sobre a diversidade epistemológica do mundo encontra maior espaço nas ciências humanas e sociais. É nesse contexto que a educação participa como um campo que articula de maneira tensa a teoria e a prática. Podemos dizer que, embora não seja uma relação linear, os avanços, as novas indagações e os limites da teoria educacional têm repercussões na prática pedagógica, assim como os desafios colocados por essa mesma prática impactam a teoria, indagam conceitos e categorias, questionam interpretações clássicas sobre o fenômeno educativo que ocorre dentro e fora do espaço escolar. Esse processo atinge os currículos que, cada vez mais são inquiridos a mudar. Os dilemas para os formuladores de políticas, gestores, cursos de formação de professores e para as escolas no que se refere ao currículo são outros: adequar-se as avaliações standartizadas nacionais e internacionais ou construir propostas criativas que dialoguem, de fato, com a realidade sociocultural brasileira, articulando conhecimento científico e os outros conhecimentos produzidos pelos sujeitos sociais em suas realidades sociais, culturais, históricas e políticas? Compreender o currículo como parte do processo de formação humana ou persistir em enxergá-lo como rol de conteúdos que preparam os estudantes para o mercado ou para o vestibular? E onde entra a autonomia do docente? E onde ficam as condições do trabalho docente, hoje, no Brasil e na América Latina? Como lidar com o currículo em um contexto de desigualdades e diversidade.

Percebe-se que são muitas as indagações! Mas afinal de contas o que fazer diante de situação tão complexa? No tocante a condição de raça: negros e negras, indígenas, a questão que se coloca é como aumentar o contingente desse grupo, no ensino superior universitário de modo geral, sem, contudo, estar atento a necessidade de trazer para o interior dos currículos sua história, sua cultura. No caso dos demais sujeitos con-

siderados diferentes, pessoas com deficiências, quilombolas, comunidades tradicionais, povos do campo, LGBTQs, migrantes, refugiados, dentre outros grupos histórica e socialmente subalternizados no âmbito acadêmico, pedagógico, institucional, social, político e econômico, o desafio está em lidar com toda essa diversidade respeitando e valorizando seus contextos. Há urgência na reestruturação da política de formação, frente à demanda crescente do ingresso dos alunos oriundos destes contextos. Até porque, considerando-se a ampliação do direito à educação, seja no ensino básico ou no ensino superior, maior a entrada no espaço acadêmico de “sujeitos antes inviabilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento”. Estes trazem “conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias” (GOMES, 2012, p.99). Têm questionado os currículos e reivindicado novas epistemologias, novas práticas pedagógicas. Situação que atinge as universidades atinge os currículos, os campos de conhecimentos, os professores e suas práticas, convidando-os a uma renovação pedagógica visando o atendimento dos novos sujeitos sociais presentes no ambiente acadêmico.

A realidade vivida no ambiente acadêmico, no universo de diversidades e sua ausência no currículo, suscita muitas contestações acerca da necessidade de um projeto educativo. Os professores estão sendo levados a pensar sobre currículo, homogeneidade e diversidade. A ausência de diversidade no currículo tem tensionado e desafiado às universidades, sobretudo as públicas que passaram a questionar seus cursos de formação e também a competência e formação de seus professores. Pensar as tensões e complementariedades do currículo ortodoxo em prol de uma inovação pedagógica deve ser preocupação constante da educação porque esta não pode estar reduzida ao ensino, por meio de uma prescrição obrigatória curricular e tão pouco de um engessamento cultural e étnico-racial. Se os sujeitos são diferentes, como insistir em currículos homogêneos.

Há que se olhar os novos coletivos que adentram ao ensino superior, não como inferiores; respeita-lo e considera-lo na sua singularidade, na sua história e cultura, seus saberes e valores assegurando sua presença positiva no espaço acadêmico, valorizando sua produção intelectual, cultural, artística e literária. Vale uma apreciação que permita prosseguirmos, no sentido de compreender mais profundamente esta nova realidade que atinge a educação como um todo e, sobretudo no âmbito acadêmico universitário, às dinâmicas culturais, indenitárias e políticas. Questionar os lugares de poder, a relação entre direitos e privilégios arraigados e naturalizados socialmente e que se refletem no ambiente acadêmico, sobretudo no espaço universitário que até então se manteve enquanto reduto de um só grupo.

3 AÇÕES AFIRMATIVAS NO ESPAÇO ACADÊMICO

O Brasil é uma nação constituída por povos de diferentes raças, etnias, culturas e inúmeros pertencimentos indentitários. No entanto, essa representatividade nem sempre se faz presente nos mais diferentes setores sociais, econômicos, cultuais e educacionais, sendo um deles o ensino superior. As desigualdades raciais têm sido a marca maior da sociedade brasileira e no ensino superior não é diferente. Estudando o negro e a universidade brasileira, Queiroz (2004), identificou similaridades na distribuição dos segmentos raciais entre o contingente populacional negro, em diferentes estados e sua

representação em universidades brasileiras por ela pesquisadas, constatando que a universidade brasileira é um território predominantemente branco, inclusive nos estados de maioria negra entre a sua população.

Para reverter esse quadro, são introduzidas no ensino superior, as ações afirmativas no intuito de minimizar situações de discriminação e desigualdades que se mantiveram ao longo de décadas na universidade. É certo que as universidades brasileiras datadas das décadas de 1920 e 1930 do século XX, contribuíram para reprodução da ideia de um Brasil sem conflitos raciais, corroborando com a teoria Freyriana de democracia racial.¹

Contrariando essa ideia, os organismos de planejamento do governo, confirmam um quadro inequívoco e assustador de desigualdade étnica e racial. As estatísticas de cor ou raça produzidas pelo IBGE² identificam que o Brasil ainda está distante de se tornar uma democracia racial. Em média, os brancos têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são maioria entre os que frequentam o ensino superior. Os indicadores socioeconômicos da população preta e parda, assim como os dos indígenas, costumam ser bem mais desvantajosos. Uma herança do longo período colonial e da ausência de políticas de inserção dessa população na sociedade de classes no pós-abolição. Como se pode verificar na figura 1.

Figura 1 – Estatística de cor ou raça.



Fonte: IBGE, 2018.

¹ Gilberto Freyre, considerado um dos maiores sociólogos do século, XX, autor do livro Casa Grande e Senzala, responsável por perpetuar a ideia de um Brasil mestiço e por isso sem conflitos, introduzindo a pseudo ideia de que por isso vivíamos numa democracia. Considerado dentre os grandes pensadores brasileiros, complexo, difícil e contraditório.

² <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em 25/05/2019.

Importante considerar neste caso, fatores socioculturais, econômicos e políticos, que provocaram um imobilismo estrutural histórico para estas populações, por um lado pela divisão do trabalho excludente e por outro, o impedimento a bens sociais pela difusão de uma cultura racista.

As universidades são instituições destinadas a formação de quadros importantes, para o desenvolvimento econômico, social e político do país, e têm formado desde o século XX uma maioria branca. Para Carvalho (2005), um percentual de até 98% de estudantes brancos tem sido formado nas carreiras de mais alto prestígio social, contra 4% de estudantes negros. Acrescenta o autor que essa exclusão também se mantém entre os docentes do ensino superior, sendo 99% brancos, em um país com uma população de maioria negra. Passados 131 anos de abolição, ainda é muito difícil para a população negra ascender economicamente no Brasil. Sem falar dos indígenas, com exclusão quase que absoluta.

Este quadro provocou um movimento em favor das ações afirmativas - entendidas também como ação compensatória, discriminação positiva, criadas por meio da política de cotas, no ensino público universitário, em benefício de alunos negros, indígenas e pobres, esclarece Munanga (2007). As políticas de ações afirmativas são entendidas como compensatórias, porque identificadas como intervenções do Estado, oriundas de demandas da sociedade civil, para cumprir direitos sociais, não cumpridos integralmente na sociedade. Também porque contribuem através de programas, remediando problemas gerados pela ausência e/ou por políticas de estado ineficientes “[...] políticas preventivas anteriores ou devido à permanência de mecanismos sociais de exclusão [...]”. Outra característica desta política é que têm duração definida, deixando de existir a medida que os mecanismos de exclusão social que as originaram, cessem. As ações afirmativas também funcionam como um mecanismo social importante com qualidades ético pedagógicas à medida que respeitam as diversidades, sejam elas raciais, étnicas, culturais, de classe, de gênero ou de orientação sexual. (SILVÉRIO, 2007, p. 21).

Ressalta-se que no Brasil, historicamente, as políticas públicas universalistas e/ou assistenciais não foram suficientes para erradicação da pobreza e combate às desigualdades raciais. Motivo pelo qual, tem-se acirrado as lutas de diferentes grupos sociais, frente às questões de raça, gênero, classe, deficiência e outros mais por direitos a diferença na igualdade de oportunidades. O investimento nas ações afirmativas por meio da educação, via políticas de cotas, sustenta-se no contexto de desigualdades onde a educação parece ocupar posição proeminente, porque acaba estando vinculada a todas as outras.

Diz-se que os negros não conseguem bons empregos e bons salários porque não tiveram acesso a uma boa educação e que não tiveram acesso a uma boa educação porque seus pais são pobres. Neste beco sem saída entre educação, pobreza e mobilidade social, a discriminação racial nunca é considerada como uma das causas das desigualdades. E esta falta de consideração da discriminação racial como uma das variáveis na discussão sobre cotas se constitui como complicadora, quando as chamadas cotas raciais ou étnicas são interpretadas como introdução do racismo no sistema educativo brasileiro, em vez de considerá-la como uma política para corrigir e reduzir as desigualdades acumuladas ao longo dos séculos (MUNANGA, 2007, p. 7).

A pertinência desta discussão está nas respostas à condição afirmativa de que a sociedade brasileira é racista, consenso tanto na academia, através da conclusão de suas pesquisas que na contemporaneidade têm apontado desigualdades raciais signifi-

cativas, também é consenso para o IBGE e IPEA, ao apresentarem em suas pesquisas um quadro alarmante das desigualdades raciais entre brancos e negros no Brasil (MUNANGA, 2007).

Sabe-se que as condições de desenvolvimento dos países são marcadas por investimentos massivos na educação e por isso, conseqüentemente elevam seus índices de desenvolvimento humano. Diferentes países do mundo, a exemplo da Índia e dos Estados Unidos, que apresentavam sociedades segregacionistas, também lançaram mão de ações afirmativas, no sentido de corrigir tais disparidades, portanto esta medida não é exclusiva do Brasil. São introduzidas com vistas à necessidade de promover a mobilidade e representação de grupos subalternizados, para conferir-lhes acesso a determinados bens sociais e econômicos. Na maioria das vezes são transitórias, cessando à medida que haja equiparação horizontal entre os diferentes grupos raciais e sociais.

O quadro atual do Brasil relativo às ações afirmativas se polariza da seguinte forma: de um lado os defensores de programas racialmente neutros, afinados com os programas de combate à pobreza e elevação da qualidade do ensino público, como solução para melhoria do acesso menos desigual ao ensino universitário. Os defensores desta proposta acreditam que estudantes em desigualdade socioeconômica e os negros conseguiriam se beneficiar igualmente. Ora, entende-se que isso só seria fato se não houvesse mais o racismo. Poder-se-ia vislumbrar uma melhoria geral nas oportunidades de acesso ao ensino superior, porém, as desigualdades acumuladas ao longo de mais de um século, considerando os dados de pesquisa do IPEA, os alunos negros levariam por volta de trinta e dois anos para atingir o atual quadro dos alunos brancos (MUNANGA, 2007). Do outro lado, temos as entidades do movimento negro propondo cotas para estudantes de escolas públicas, combinado com o critério socioeconômico e racial ou étnico (negro e índios). Neste caso, concordamos com Munanga (2007, p. 18), quando entende que esta seria a melhor proposta, na medida em que:

atenderia os dois lados da questão; melhoraria, por um lado, as oportunidades de ingresso do negro na universidade e, por outro lado, diminuiria as desigualdades acumuladas ao longo de séculos, pois considera a especificidade do negro duplamente excluído pela condição econômica e pela discriminação racial.

Observa-se que apesar dos discursos favoráveis ou contrários, em prol da validade das ações afirmativas, elas têm até o presente amparo legal. É verdade que não se tem uma condição majoritária em prol de sua aplicação, mas o mais importante é que as ações afirmativas têm garantido que um contingente importante de estudantes negros e negras, indígenas e pobres amplie seu percentual no ambiente acadêmico, em diferentes instituições de ensino superior do país. Ao contrário do que muitos pensavam, pesquisas apontam que os estudantes cotistas têm apresentado bons rendimentos ao longo do curso, muitas vezes superando e surpreendendo no bom desempenho acadêmico. Outro fator extremamente positivo vem da maior universidade do país a Universidade de São Paulo - USP que no ano de 2017, adotou o sistema de cotas. As cotas raciais e sociais foram aprovadas pelo Conselho Universitário da USP em 2017, reservando 37% das vagas aos alunos cotistas em 2018, 40% em 2019, com previsão de ampliação em mais 5% em 2020 e, para 2021 atingir 50% do total de vagas oferecidas por curso e turno de ensino. As vagas devem ser distribuídas entre alunos de escolas públicas e que se declaram como pretos e pardos ou indígenas.

Não é possível dizer se as cotas, enquanto um dispositivo das ações afirmativas vá contribuir para erradicação das discriminações sociais e raciais. Porém é possível afirmar que têm contribuído para promover o acesso ao ensino superior de uma parcela da população, alunos e alunas, negros e negras; indígenas, e brancos pobres, que ao adentrarem ao ensino superior público e de qualidade, tem adquirindo mobilidade social à medida que amplia sua condição de competição na sociedade. Provavelmente isso não teria sido seria possível de outro modo.

Vale dizer também, que esta política não pode ser vista como uma resolução de problemas, esta possibilita a construção de uma nova representação destes problemas que implementam as condições sócio-políticas de seu tratamento, pela sociedade e sua estrutura (MARÇAL, 2012). A medida que a partir das tensões provocadas pelos novos coletivos no espaço acadêmico contribui para que matrizes cognitivas e/ou paradigmas, sistemas de crenças e referências e/ou estrutura mental, sejam questionadas e resinificadas possibilitando as pessoas uma nova compreensão e ação no mundo, por meio da ascensão de outras, novas epistemologias, que possibilite a representação e visibilidade de grupos antes subrepresentados e subalternizados.

5 CONCLUSÃO

Há muito tempo se tem lutado por mudanças no campo da educação, no sentido da promoção de um ensino mais plural que contemple as diversidades. Esta tem sido a tônica do movimento negro, de indígenas, do movimento de mulheres, dos LGBTs, dentre outros movimentos que historicamente têm sido preteridos de participação nos aportes epistemológicos e curriculares dos cursos de formação universitária. Pode-se dizer que se mantém forte na educação a formação a partir de uma história e cultura única. Ainda que já se tenha avançado em alguns pontos, considerando o estabelecimento de algumas políticas para diversidade, estas se arrastam quanto a sua implementação. Promover ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas de valorização da diversidade, do acompanhamento das ações afirmativas e de políticas de inclusão tem sido uma luta constante.

Espera-se em médio prazo uma mudança cultural no campo curricular e epistemológico, nas instituições de ensino superior que rompa com a estrutura ainda bastante engessada dos cursos de formação universitária. Os movimentos sociais com destaque para o movimento negro, de mulheres, de indígenas e LGBTs têm exercido pressão, reivindicando das instituições mudanças de paradigmas, no que tange a formação de docentes.

Acredita-se que o tema aqui abordado seja uma oportunidade para se pensar mais seriamente sobre saídas possíveis que rompam com o ciclo de discriminações e desigualdades que se perpetuam por gerações. Esperamos ter contribuído de alguma forma para as reflexões daqueles que sensíveis ou não a causa, dedicam-se ao estudo do assunto e provoquem alterações em suas práticas de ensino e produção de conhecimento. Que contribua também para ampliar e desenvolver ações destinadas à criação, implementação e acompanhamento de uma cultura de respeito às diferenças e valorização das diversidades na universidade. O ensino superior necessita de medidas que garantam uma mudança estrutural em seus currículos de licenciatura e bacharelado, assim como um investimento massivo na formação continuada de seus docentes.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Jorge José de. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior.** São Paulo, Attar Editorial., 2005.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp.98-109, Jan/Abr. 2012.

Jornal da USP, 07/02/2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/usp-aumenta-o-numero-de-vagas-para-cotistas/> . Acesso em 20/02/19.

MARÇAL, José Antonio. **A formação de intelectuais negros (as):** políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. Belo Horizonte, Nandyala, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, Jairo Queiroz, SILVA, Maria Nilza da (Org). **O negro na universidade: direito à inclusão.** Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

QUEIROZ. Delcelene Mascarenhas. O Negro e a Universidade Brasileira. **Revista História Actual Online**, Bahia, n. 3, p.73-82, 2004.

Revista Retratos. **IBGE mostra as cores da desigualdade.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-ticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. 2018. Acesso em 25/05/2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. "Currículo e identidade social: territórios contestados". In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula.** Petrópolis: Vozes, 1995. p. 190-207.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação Afirmativa: uma política pública que faz a diferença. In: PACHECO, Jairo Queiroz, SILVA, Maria Nilza da (Org). **O negro na universidade: direito à inclusão.** Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

Recebido em: 30/04/2019

Aceito em: 29/09/2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/25944630332019149>